



■ Presidente **p.2**

Mais uma vez, a oposição voltou a repetir o que tem dito noutros debates



■ PSD **p.16**

Marco António Costa inaugura creche da instituição social Cruzada do Bem

POVO LIVRE



nº 1770

20 de fevereiro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Quem não aprende com os erros do passado, está condenado a repeti-los”



O Primeiro-Ministro nas 2^{as} Jornadas de “Consolidação, Crescimento e Coesão”

PSD **p.14**

Total repúdio ao abuso e corrupção do direito à livre expressão

Parlamento **p.15**

“O PS está numa fase de clarificação interna”
– Luís Montenegro

Debate quinzenal na AR

Mais uma vez, a oposição voltou a repetir o que tem dito noutros debates

O debate quinzenal com o primeiro-ministro no Parlamento decorreu dois dias depois da divulgação pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) dos dados do desemprego, que se situava em 16,9% no final de 2012, o valor mais alto de sempre.

O Partido Ecologista “Os Verdes” abriu o debate sendo a intervenção de abertura d’ “Os Verdes” dedicada a “matérias sociais e económicas”, seguindo-se o PSD, o PS, o CDS-PP, o PCP e o BE.

Os temas avançados para as intervenções pelos partidos são genéricos, como tradicionalmente.

O PSD indicou que falará sobre “políticas económicas, sociais e comunitárias, o PS acerca da “situação económica e social”, o CDS-PP sobre “questões económicas, sociais e de soberania”, o PCP acerca de “questões económicas, sociais e políticas” e o BE sobre “políticas sociais, economia e relações internacionais”.

Abriu o debate a deputada Heloísa Apolónia, do “Os Verdes” que - como é hábito acusou o executivo de ter uma “resignação atroz” e um “conformismo absoluto” perante a taxa de desemprego que apresenta “um cenário absolutamente catastrófico” e uma “situação verdadeiramente alarmante”, para ouvir a resposta de Pedro Passos Coelho, afirmando que “... a ideia de que o Governo está resignado, atrozmente resignado com a situação do desemprego não pode estar mais longe da realidade”.

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, assegurou que o Governo não nega a realidade do desemprego, mas recusou a ideia que o executivo está resignado com a situação.

“A ideia de que o Governo está resignado com a situação do desemprego não pode estar mais longe da realidade”, afirmou Passos Coelho, assegurando ainda que o Governo não nega essa realidade, mas lembrando que se vem pronunciando publicamente a preocupação do Governo perante o desemprego, um assunto “delicado” que tem “uma enorme relevância” quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista económico.

O Primeiro-Ministro reconheceu que a evolução do desemprego é negativa e tem representado um “custo extremamente pesado” para as famílias e para a economia, mas lembrou que o Governo está a trabalhar “nas condições que permitam uma inversão do nível de actividade económica e que permitam alterações no tecido microeconómico, que promovam o emprego e o crescimento”.

“Uma parte dessas medidas são conhecidas, são reformas designadas de estruturais que o Governo tem vindo a cumprir de uma forma bastante intensa e em relação à qual não se apresentam desvios significativos quanto aos timings que estavam inicialmente previstos”, sublinhou, notando, contudo, que “essas medidas de carácter mais estrutural demoram algum tempo a produzir resultados”.

Por isso, continuou, a par dessas medidas estruturais é importante trabalhar as condições de conjuntura melhorando as perspectivas de empregabilidade daqueles que caíram no desemprego, estando já o Governo a fazer uma reavaliação de todos os instrumentos públicos que existem em matéria de combate ao desemprego de modo a torná-los “os mais eficazes possíveis”.

Como exemplo, Passos Coelho apontou as alterações recentemente introduzidas no programa Impulso Jovem, destinado a abranger cerca de 90 mil jovens que estão em situação de desemprego.

Este programa, admitiu, tem tido um desempenho que não satisfaz o Governo, e as alterações agora introduzidas têm como objectivo a melhorar as suas perspectivas de aplicação.

A deputada do partido ecologista Os Verdes questio-



nou ainda o primeiro-ministro sobre a possibilidade da Autoridade Tributária aplicar coimas aos consumidores que não pedem factura, mas Pedro Passos Coelho já tinha esgotado o seu tempo então não tinha tempo e por isso a Presidente do Parlamento, deu a palavra ao segundo partido, no caso vertente o PSD e o seu líder parlamentar Luís Montenegro

“Finalmente, Seguro assume legado de Sócrates e António Costa cada vez mais parecido com Seguro!”

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, foi bastante duro para com o PSD, afirmando que o secretário-geral socialista “assumiu o legado” e uma “abordagem

de facilidade facilitismo muito semelhante” à do ex-primeiro-ministro José Sócrates.

Dirigindo-se a Pedro Passos Coelho, Luís Montenegro contrapôs a “nova realidade do PS” à “postura de tenacidade, de realismo e uma vontade férrea do Governo de sentido estratégico, com decisões difíceis e estruturais mas com grande sensibilidade social na acção”.

Montenegro disse ainda que do lado do PCP e do BE “tem havido uma postura relativamente coerente, não há nada de novo a apontar, a não ser que muitas das suas atitudes mais demagógicas e radicais têm contagiado o PS”.

Luís Montenegro Tinha começado a sua intervenção, referindo-se aos números recentemente divulgados que mostram um agravamento do desemprego, considerando que foi “um agravamento inevitável”, consequência do programa de ajustamento financeiro, da recessão económica e da crise.

Montenegro defendeu, no entanto, que o problema do desemprego “é estrutural”, sustentando que “tanto assim é que mesmo em períodos de crescimento económico nunca parou de subir”.

“A receita do despesismo e do excesso de investimento público não produziu resultados”, afirmou, defendendo que o Governo tem tido “não só preocupação” mas também “acção” para contrariar o aumento do desemprego.

Dirigindo-se ainda a Pedro Passos Coelho, Luís Montenegro contrapôs a “nova realidade do PS” à “postura de tenacidade, de realismo e uma vontade férrea do Governo de sentido estratégico, com decisões difíceis e estruturais mas com grande sensibilidade social na acção”.

Montenegro disse ainda que do lado do PCP e do BE “tem havido uma postura relativamente coerente, não há nada de novo a apontar, a não ser que muitas das suas atitudes mais demagógicas e radicais têm contagiado o PS” e ainda que a resposta tem de ser firme, sincera e transparente, para que todos compreendam os problemas, as dificuldades; e o que se pode e deve fazer para as ultrapassar; quais as causas estruturais que levaram à situação actual.

Passos Coelho, em réplica, referiu as medidas de combate ao desemprego que o governo tem vindo a implementar, nomeadamente o Impulso Jovem. Nomeou

também algumas medidas para “aliviar esta restrição de financiamento.

Passos Coelho, admitiu que as previsões económicas do Governo terão de ser revistas, caso se mantenha em 2013 o nível de procura externa registado no final de 2012.

“O resultado, apesar de não ser muito divergente, transporta-nos para um nível de procura externa que, a manter-se durante o ano de 2013 não nos permitiria manter as previsões que fizemos”, afirmou.

O Primeiro-Ministro considerou que “não é significativa” a diferença entre a previsão do Governo, que apontava para um recuo de três por cento do PIB em 2012, e os números avançados pelo INE, que o situam nos 3,2 por cento: na realidade, apenas 0,2 de um ponto percentual. No entanto - disse - que o Executivo chegou a ter a expectativa de que a diminuição do PIB pudesse ter sido “abaixo dos três por cento, caso se tivesse mantido a procura externa”.

“Não houve uma variação significativa do lado da procura interna, não houve efeitos de medidas de austeridade que tivessem provocado uma situação recessiva maior, pelo contrário, mas existe esta variável externa que não depende de nós e que nós devemos estar atentos: nem sobrevalorizar nem desvalorizar”, afirmou.

Passos Coelho disse que essa avaliação será feita no âmbito do próximo exame regular da ‘troika’, prevista para o final do mês, e acrescentou que o Governo tem “uma política de prudência” porque “não pode adivinhar o que se vai passar” em termos externos.

“Se não podemos, desse ponto de vista, adivinhar o que se vai passar, e estamos dispostos a rever as previsões na medida em que os dados reais nos aconselham a fazê-lo, iremos proceder a esse exercício agora no âmbito da sétima avaliação no final do mês”, disse.

O Primeiro-Ministro afirmou ainda que o objectivo do Governo é provocar melhores condições de financiamento para a economia, defendendo que não deve haver “uma restrição financeira excessiva sobre as empresas”.

O “ajustamento económico que teve lugar até ao final de 2012” produziu já um resultado “muito compatível com o conjunto das previsões que se faziam para o processo de ajustamento”. “Isso custou muita dor social, muito desemprego, recessão na economia, mas está feito. É importante agora não prolongar esse processo através de uma restrição financeira que seja demasiado pesada”, disse, em resposta ao líder Luís Montenegro.

Para atingir esse objectivo, acrescentou, a estratégia do Governo passará por “provocar uma situação de financiamento para a economia mais favorável”, que decorra das “melhores condições de financiamento” que o Estado consiga obter.

“O nosso objectivo é conseguir que estas melhores condições de financiamento para o tesouro (...) porque achamos que isso é importante para que os níveis de taxa de juro possam cair ainda mais e por esse efeito reduzir os custos de financiamento das instituições financeiras e, por essa via, às empresas portuguesas. Isto é o aspecto crucial”, disse, sublinhando que a emissão de dívida a cinco anos “foi reconhecidamente bem-sucedida”, e adiantando que o Governo “não deixará de procurar fazer novas emissões”.

Seguro pede ao Primeiro-Ministro que “mude de política” e recebe resposta firme de Passos Coelho

No uso da palavra pelos socialistas, António José Seguro disse que Passos Coelho deveria ter começado o discurso na AR, assumindo as suas responsabilidades e dizendo que iria mudar de política. O líder do PS acusou ainda o primeiro-ministro de “inconsciência perante a situação económica e social”.

Na resposta a Seguro, Passos Coelho afirmou que o líder do PS pinta a situação do País em função da sua própria conveniência política, pois está a jogar uma cartada eleitoralista, em vez de assumir as suas responsabilidades de “líder” de um grande partido alternativo, e que, além do mais, nos últimos 16 esteve no poder 13, e, “...se há boa razão para Portugal estar como está hoje, deve-se a anos e anos de desequilíbrios e incumprimentos de Portugal”, acusou, enumerando algumas



das contas de anos de governação PS.

Como Seguro tinha mencionado “desvios de previsões do Governo”, Passos Coelho lembrou-lhe que esses desvios eram limitados e precavidos nas diversas comunicações do Governo, enquanto o panorama socialista era bem mais comprometedor.

“Assim, recorde-lhe um documento de sua autoria, de que não se deve ter esquecido de ter denunciado que o orçamento de 2009, apresentado na Assembleia da República, previa um défice de 2,2% e uma dívida de 64%. Depois dessa apresentação, logo em Janeiro, o primeiro PAC previa já um défice de 3,9%. Passados dois meses, o défice para 2009 já era de 5,9... (Ruido da bancada socialista; Passos Coelho diz, em aparte, que “sabe como os Senhores deputados Socialistas têm fraca memória, quando lhes não convém, mas que ele vai avivá-la!”). Finalmente, quando apresentou o Orçamento para 2010 – depois das eleições, evidentemente, não fosse o País ficar chocado com as perspectivas – o Partido Socialista e o Governo apresentaram então uma previsão final para o défice do ano corrente (2009), de 9,3 para 2009. Quer dizer, Senhores Deputados, que no prazo de um ano, a perspectiva do Governo Socialista, passou de 2,2% para 9,3%; e a dívida pública, de 64%, para 83%. Oh Senhor Deputado, parece-lhe que este é governo e um partido fiáveis nas suas previsões e que o senhor queira imitar!

Seguro acusa Passos de fazer o contrário daquilo que dizia quando estava na oposição. “Portugal precisa de um Primeiro-Ministro que dê respostas”, diz. “O que é que o senhor está aqui a fazer?”, pergunta.

Passos Coelho responde que Seguro não pode lavar a sua consciência com as acusações que lhe dirige. “Enquanto houver memória, as pessoas não esquecerão, para efeitos eleitorais, as políticas que os senhores realizaram”, disse. O Primeiro-Ministro lembrou que o líder do PS afirmou, em entrevista ao DN, que não se comprometia em baixar os impostos. Quanto ao argumento da insensibilidade, considera-o “antigo e estafado” e garante que nunca virará a cara aos problemas.

Passos disse que no dia em que o PM assumisse publicamente que não está disponível para assumir as metas a que se propôs, não haveria nenhum governo para assumir esses compromissos.

“O senhor Deputado tem de explicar ao País o que significam as suas afirmações...”

O líder do PS afirmou de novo que o Governo tem de negociar com a ‘troika’ “uma nova estratégia de consolidação das contas públicas”, mas o Primeiro-Ministro contrapôs que Seguro “tem de explicar ao país o que isso significa”.

Passos Coelho respondeu afirmando que António José Seguro tem de explicar aos portugueses o que implica

essa nova estratégia, sugerindo que levaria ao incumprimento das condições.

“O senhor deputado tem de explicar ao país o que é que isso significa, significa gastar mais do lado do Estado? Significa negociar um défice superior para gastar mais? Significa aliviar os impostos?”, interrogou.

“O que é isso de uma nova estratégia de consolidação, é não respeitar o que foi acordado, é isso?”, acrescentou, sublinhando que “o Governo tem conquistado o crédito e confiança suficientes para, junto dos parceiros internacionais, rever metas quando é razoável que elas sejam revistas”.

“Sempre que isso voltar a acontecer não é pelo PS ter a vontade de que os números sejam diferentes que o Governo acertará a sua estratégia, o Governo corrigirá com os parceiros internacionais o que for importante para que as metas possam ser atingidas, mas fique a saber que continuamos a falar das mesmas metas que foram acordadas no início do programa”, venceu Passos.

Nuno Magalhães e CDS/PP: “O caminho é árduo, difícil, mas os portugueses têm cumprido os compromissos assumidos”

Nuno Magalhães, do CDS, inicia a sua intervenção acusando o PS de nada dizer quando há boas notícias da Europa, referindo-se especificamente ao último Conselho Europeu. O deputado considera que o acordo conseguido para Portugal “é bom” e faz elogios ao governo.

Refere a “preocupação” em relação ao desemprego”, nomeadamente o jovem e de longa duração e as medidas já implementadas para a criação de emprego. “O caminho é árduo, difícil, mas os portugueses têm cumprido os compromissos assumidos internacionalmente por outros”, elogia, referindo, por exemplo, as seis avaliações positivas da troika e o regresso antecipado ao mercado. Termina manifestando o total de apoio do CDS.

Passos ia iniciar a resposta quando, no público, se começa a cantar “Grândola, Vila Morena”. Assunção Esteves, presidente da AR, pediu às pessoas (do movimento ‘Que se lixe a troika’) que se retirem. Enquanto isso, o primeiro-ministro aguarda que possa falar. Foi retirado da galeria pela polícia, sem incidentes.

Pedro Passos Coelho - que aguardou em silêncio que a normalidade fosse reposta - comentou depois - e muito aplaudido - que, “das formas como os trabalhos podem ser interrompidos, esta parece a de mais bom gosto”.

O líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, defendeu hoje que os fundos estruturais devem ser “aproveitados” desde o início de 2014 e questionou o Primeiro-Ministro sobre a criação de mecanismos pelo Governo para que esse objectivo seja cumprido.

“De que forma o Governo e a administração pública estão a preparar os necessários mecanismos para que possamos investir, desde o início de 2014, e, ao contrário de um passado não tão longínquo como alguns querem fazer lembrar, investir bem e nas áreas em que precisamos, em investimento produtivo, como por exemplo, na agricultura, onde um euro de investimento público gera quatro ou cinco vezes mais valor de investimento privado”, questionou Nuno Magalhães.

“É por isso importante, a nosso ver, criar condições para aproveitarmos estes fundos desde o início de 2014”, insistiu.

O CDS-PP dedicou parte do seu tempo no debate quinzenal a elogiar o papel do Governo na negociação “obviamente difícil” do orçamento plurianual da União, no último Conselho Europeu.

Para os democratas-cristãos, “o acordo é bom para a Europa e é bom para Portugal”.

“Nas rubricas da coesão, da competitividade, daquela que pode criar emprego, e da agricultura, significa mais 300 milhões de euros daquilo que era proposto por essa boa base de trabalho que era a proposta da comissão”, argumentou.

“Beneficiámos também de um envelope adicional, nessa coesão, de mil milhões de euros para manter e criar emprego, na agricultura recebemos isento de qualquer comparticipação do erário público um envelope adicional de 500 milhões de euros, melhorámos as regras do cofinanciamento ao nível de 85% de fundos europeus e as condições de pré-financiamento e de pagamento aos



agricultores”, acrescentou.

Na resposta, o Primeiro-Ministro afirmou que “com o conjunto dos critérios de execução dos fundos” alcançados no acordo, deverão estar garantidas, à partida, “boas condições” para, “nos primeiros anos”, haver “um nível muito elevado de execução do quadro orçamental”.

“O que não aconteceu no anterior orçamento, em que nos primeiros três anos Portugal não tinha conseguido executar nem 25% dos fundos previstos”, assinalou.

Sobre o resultado do Conselho afirmou: “Apesar de tudo, preservámos o que era importante, quer no segundo pilar da Política Agrícola Comum, quer no que respeita ao fundo de coesão e às políticas de coesão. Conseguimos, no final do processo, ficar com uma situação melhor do que a que tinha sido apontada inicialmente pela Comissão Europeia”.

Jerónimo Sousa e a velha cassette do PCP

O secretário-geral do PCP pediu hoje a demissão do Governo e uma nova política para o país, no debate quinzenal, na Assembleia da República, em que o Primeiro-Ministro disse preferir apresentar resultados do que sucumbir às emoções.

“O País já não consegue ouvir e suportar este Governo e esta maioria a dizer que o desemprego é um problema importante que o País tem de resolver. O país está farto de tanta hipocrisia. As previsões do Governo são pura fantasia. A principal e mais urgente medida é

a demissão deste Governo, pondo final a esta política”, afirmou Jerónimo de Sousa.

O líder comunista, que prognosticou grande adesão às manifestações convocadas pela CGTP para sábado em 24 cidades, terminou a primeira intervenção com um comentário à atitude de Passos Coelho.

“O seu antecessor [o socialista José Sócrates], nestes debates, também ria muito e acabou como acabou. Pode ser que seja premonitório”, disse, depois de prever que “a manter-se esta política, isto vai acabar mal, muito mal” e que “a cada trimestre que passa se cava mais fundo a desgraça colectiva”.

O líder do Governo e do PSD notou que o deputado comunista “deixa-se quase comover pela situação” e frisou saber que “o País precisa de ter uma ponta de esperança para não deixar as pessoas mergulhar no desespero, sem uma perspectiva de sair da situação”.

“Não vejo nisso um defeito, não pense que é diferente. Também tenho essas emoções, mas ao Governo e ao primeiro-ministro não se pede só que tenham emoções, mas sim que apresentem resultados. É importante o caminho que temos vindo a trilhar, os sacrifícios que temos vindo a fazer”, disse Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro sublinhou ainda que a situação é uma “consequência das políticas seguidas ao longo de anos”, de uma “opção política leviana, a não repetir no futuro”, afirmando ser um erro histórico não o reconhecer.

“O dever do Governo é reconhecer esse esforço. Não estamos hoje pior do que quando começámos. A confian-





ça no País está a restabelecer-se no lado dos credores. O governo mantém um rumo firme”, disse Passos Coelho, antevendo que “o financiamento da economia possa permitir um regresso ao crescimento”.

O Primeiro-Ministro repetiu ainda que a situação é uma “consequência das políticas seguidas ao longo de anos”, de uma “opção política leviana, a não repetir no futuro”, afirmando ser um erro histórico não o reconhecer.

“O dever do Governo é reconhecer esse esforço. Não estamos hoje pior do que quando começámos. A confiança no país está a restabelecer-se no lado dos credores. O governo mantém um rumo firme”, disse Passos Coelho, antevendo que “o financiamento da economia possa permitir um regresso ao crescimento”.

Jerónimo de Sousa, disse ainda que “não é fácil fazer perguntas no quadro da situação a que estamos a viver” e refere que se assistiu a um debate com troca de acusações, ao género de “diz o roto ao nu”. O país está farto de tanta hipocrisia”, afirma, como habitualmente; e como habitualmente, volta a defender a demissão do governo – uma edição mais civilizada do antigo “Governo Rua!” - “...se as instituições estivessem a funcionar como deveriam, este governo não aguentava nem mais um dia, como amanhã se vai ouvir na manifestação convocada pela CGTP”, defendeu, perante o sorriso de Passos acrescentou: “Ria-se senhor primeiro-ministro, ria-se. O seu antecessor também se ria e veja-se o que sucedeu”.

Passos Coelho diz que sabe que “país precisa de uma ponta de esperança”, volta a elogiar o “esforço dos portugueses” e garante que “não estamos hoje pior do que estávamos quando iniciámos esta tarefa”. “A única esperança que os portugueses podem ter é que o caminho possa resultar em bons frutos”; e diz: “... eu também tenho emoções. Eu também me emociono com a situação do País. Mas de um Primeiro-Ministro espera-se que ele tenha também soluções e é isso que tenho tentado fazer”.

“Bloco” a terminar, com o melífluo Semedo no lugar do jesuítico Louçã

João Semedo, ½ coordenador do Bloco de Esquerda, elogiou o momento em que se ouviu nas galerias “Grândola, Vila Morena” e acusou o Primeiro-Ministro de “estar de braços cruzados” e, logo a seguir, “de braços caídos”. Não se consegue perceber se quis dizer que Passos Coelho teria 4 braços, para assumir esta posição “Está disposto ou não a repor o subsídio de desemprego enquanto o trabalhador estiver desempregado e durar o seu subsídio de desemprego?”, pergunta.

Passos Coelho respondeu, mostrando-se aberto a qualquer solução, desde que a mesma não contribua para agravar a situação do País.

“Todas as políticas com esse perfil têm como resultado o aumento da despesa e do défice”, afirmou Passos Coelho, catalogando a intervenção do deputado do BE de “exercícios para efeitos de Telejornal, que não se pode levar a sério”.

“O financiamento é dedicado e não pode ser utilizado para outras despesas correntes do Estado porque na estrutura do programa de assistência financeira, encontra-se o pilar da estabilidade”, disse o líder do executivo, contrariando a ideia de Semedo de que “houve 6,5 mil milhões de euros para recapitalizar a banca, mas não há dinheiro para acudir à situação desgraçada” dos desempregados.

Para Passos Coelho, “ninguém pode afastar a possibilidade de uma espiral recessiva” e “o Governo tudo está a fazer para o evitar”, rejeitando a teoria de que Portugal esteja “a viver um processo com esses contornos”.

João Semedo critica a operação de recapitalização da banca. “De que está à espera, de quanto mais pobres, de quantos desempregados, para mudar esta política?”, Perguntou.

Passos lembra-lhe que o financiamento dedicado à recapitalização da banca não pode ser usado para outra finalidade é para ser pago pela própria Banca e não

pelos contribuintes.

“Há um milhão de portugueses sem emprego. O que esse milhão de portugueses lhe exige são medidas concretas, mas está aí de braços caídos, «à la Jonet», disse João Semedo.

Passos Coelho não tem mais tempo para resposta e Assunção Esteves deu o debate por encerrado. – Povo Livre, com “Lusa” e “DN”



A responsabilidade social das empresas

“O nosso Estado Social não é eficaz”

o passado dia 18, o Primeiro-Ministro disse em Aveiro, que a reforma do Estado é “um imperativo de coesão social”, a qual ficará “terrivelmente afectada se o País não se preparar para uma despesa sustentável”.

A mensagem que Passos Coelho levou a Aveiro, onde abriu a conferência “Global Compact Network Portugal”, dedicada à responsabilidade social das empresas, insistiu na necessidade de reformar “estruturas e instituições que sejam obstáculo à aplicação económica dos talentos e capacidades dos portugueses”.

Na sua intervenção, Passos Coelho explicou que os esforços de 20 meses de governação tiveram por objectivo “impedir que a dívida acumulada e a incerteza internacional levassem à ruptura do financiamento externo e à incapacidade do estado cumprir os seus compromissos”.

A alocução do Primeiro-Ministro foi do teor que segue:

No passado dia 18, o Primeiro-Ministro disse em Aveiro, que a reforma do Estado é “um imperativo de coesão social”, a qual ficará “terrivelmente afectada se o País não se preparar para uma despesa sustentável”.

A mensagem que Passos Coelho levou a Aveiro, onde abriu a conferência “Global Compact Network Portugal”, dedicada à responsabilidade social das empresas, insistiu na necessidade de reformar “estruturas e instituições que sejam obstáculo à aplicação económica dos talentos e capacidades dos portugueses”.

Na sua intervenção, Passos Coelho explicou que os esforços de 20 meses de governação tiveram por objectivo “impedir que a dívida acumulada e a incerteza internacional levassem à ruptura do financiamento externo e à incapacidade do estado cumprir os seus compromissos”. O Primeiro-Ministro, após cumprimentar as personalidades presentes

o Presidente do Conselho Económico e Social, Silva Peneda, o Presidente da UGT, João de Deus, e ainda os eng.ºs. Mário Parra da Silva e No passado dia 18, o Primeiro-Ministro disse em Aveiro, que a reforma do Estado é “um imperativo de coesão social”, a qual ficará “terrivelmente afectada se o País não se preparar para uma despesa sustentável”.

A mensagem que Passos Coelho levou a Aveiro, onde abriu a conferência “Global Compact Network Portugal”, dedicada à responsabilidade social das empresas, insistiu na necessidade de reformar “estruturas e instituições que sejam obstáculo à aplicação económica dos talentos e capacidades dos portugueses”.

Na sua intervenção, Passos Coelho explicou que os esforços de 20 meses de governação tiveram por objectivo “impedir que a dívida acumulada e a incerteza internacional levassem à ruptura do financiamento externo e à incapacidade do estado cumprir os seus compromissos”.

Após cumprimentar as personalidades de mais destaque presentes, Passos Coelho disse: «Tenho insistido que uma economia próspera depende de um conjunto de valores e práticas sociais. Depende da confiança entre agentes económicos e da capacidade de desenvolver projetos comuns. Depende da capacidade de abrir a atividade económica à participação de todos, com as suas qualidades, a sua energia, a sua experiência. Tal como o sistema político - em democracia - deve estar aberto à participação de todos os cidadãos, também a economia deve facultar esta participação alargada, que premeie o esforço e o mérito em detrimento da perpetuação de privilégios injustificados e rendas económicas que beneficiam uns poucos em detrimento do interesse geral.

Permitam-me que enuncie de um modo muito simples o objeto do nosso programa de reformas. A pergunta que temos de fazer é a seguinte: quais são as estruturas e as instituições que bloqueiam o nosso crescimento, quais são as estruturas e as instituições que impedem os Portugueses de participar plenamente com o seu trabalho, com as suas ideias e com a sua criatividade na vida económica?



Temos de responder a esta pergunta central. E a resposta não deve ser ambígua: aquelas estruturas e instituições que, por ação ou por omissão, representam obstáculos e barreiras à aplicação económica dos talentos e das capacidades dos Portugueses devem ser reformadas, alteradas ou afinadas. Precisamos de um espaço económico inclusivo, e não podemos continuar a patrocinar as barreiras e os obstáculos que excluem as pessoas da participação económica.

Em concreto, isto significa, por exemplo, introduzir concorrência nos sectores que estiveram até hoje injustificadamente protegidos e intensificar a concorrência onde ela já existe. Mais concorrência proporciona um acesso mais alargado dos agentes aos processos criadores de riqueza, estimula a inovação e facilita o ajustamento das empresas às dinâmicas tecnológicas e das preferências dos consumidores. Há uma ligação muito próxima entre as empresas e o ambiente externo em que agem.

É neste ponto que voltamos a insistir hoje. As empresas não podem prosperar se estiverem desligadas do ambiente social mais largo que as rodeia, se estiverem desligadas dos seus clientes, dos seus trabalhadores e da comunidade mais ampla em que se movem e da qual dependem. Este é na verdade o ponto crucial: as empresas não existem sozinhas. Dependem de uma comunidade ampla de participantes. Quanto mais fortes forem as ligações a esta comunidade, mais forte será uma empresa. Um dos objetivos deste encontro é justamente discutir como os interesses de uma empresa podem ser estrategicamente alinhados com os interesses da comunidade, dos consumidores e dos trabalhadores. Não creio que se trate de arbitrar um conflito, mas sim de promover uma dinâmica positiva entre estes dois tipos de objetivos: criar valor para os acionistas e promover os interesses de uma comunidade mais ampla.

«A responsabilidade social das empresas deve começar dentro das empresas»

Vale a pena dizer que a responsabilidade social das empresas deve começar dentro das empresas. Deve ser antes de mais um compromisso com o comportamento ético dos seus trabalhadores, com uma estrutura interna de gestão que seja capaz de envolver todos e, claro, com um dever de transparência que sujeite as atividades da empresa a um escrutínio amplo e objetivo. Julgo que é um entendimento da responsabilidade social como um aspeto normal da vida das empresas. Os círculos de responsabilidade podem no limite ser alargados a todo o planeta, como acontece com as questões ambientais, mas começam dentro da empresa, nas suas atividades diárias.

Outro ponto que quero salientar é a universalidade destes padrões de responsabilidade. O que estamos a defender não são práticas próprias de uma região do mundo. São práticas cada vez mais comuns a uma economia global, como bem demonstram os 10 princípios do Global Compact das Nações Unidas, princípios que procuram que a atividade empresarial seja exercida no quadro da observância dos direitos humanos, dos direitos laborais, da preservação do ambiente natural e do combate à corrupção. São princípios formalmente subscritos por milhares de empresas em todo o mundo, sem distinção geográfica ou cultural.

Minhas Senhores e Meus Senhores, há uma série de divisões que me tenho esforçado por combater. Julgo que este é também um caso onde não podem existir divisões artificiais. Não existem regras éticas diferentes para a sociedade e para a economia. Há padrões éticos que são transversais a ambas e ninguém numa sociedade democrática deve beneficiar de um acesso privilegiado a estes padrões éticos e ao que eles exigem em cada



momento. Por isso, entendo que as empresas também devem participar na definição do que devem ser as suas responsabilidades.

Tenho defendido que ultrapassar esta crise exige unidade. Não podemos desejar que esta unidade seja imposta de cima para baixo, porque numa sociedade livre existem por vezes interesses opostos, que não podem ser conciliados sem debate, discussão e até negociação. Mas estes interesses opostos existem no interior de um consenso mais amplo e é nesse consenso mais amplo que devemos procurar a unidade de que falo. Temos um entendimento comum das dificuldades presentes e partilhamos igualmente uma aspiração comum, uma visão de uma sociedade com oportunidades para todos, uma sociedade capaz de controlar o seu destino e de recuperar a confiança nela própria. Partilhamos a convicção muito forte de que as nossas dificuldades devem ser combatidas com uma repartição ampla dos sacrifícios. E todos estamos empenhados em que a recuperação económica possa rapidamente oferecer oportunidades a todos e sobretudo àqueles que mais sofreram nos anos difíceis que estamos a viver.

Quando falo de unidade é nestes grandes princípios que penso. Todos perderemos se não formos capazes de manter estes pontos de unidade e conciliação bem presentes, porque eles são mais importantes do que as questões que por vezes nos dividem. A tentativa de impor uma perspectiva sobre as outras, o conflito transformado em cultura política, terão um custo para todos. Têm sempre um custo para todos, mas numa altura tão difícil como esta esse custo é fácil de perceber e deve por isso mesmo servir de motivação para desenvolver as artes e a prática do consenso.

Muitas das reformas que estão a ser levadas a cabo são contestadas por alguns grupos e algumas pessoas. Mas como vos disse, uma sociedade livre é uma sociedade onde todos podem defender os seus interesses e expressar as suas ideias. Não devemos confundir as legítimas críticas e contestações a esta ou aquela reforma com a ausência de diálogo social, porque elas são muitas vezes o ponto de partida para o diálogo. Devemos ter presente que o único consenso verdadeiramente decisivo é aquele que nos permite resolver os nossos problemas.

Desde o início que o Governo colocou no topo da sua agenda o diálogo social, não para obter consensos a qualquer preço, mas para formar consensos em torno de acordos fundamentais para o nosso futuro coletivo. Qualquer outra base para o consenso social será estabelecida à custa de alguns e para benefício de outros. Queremos um consenso assente na procura do interesse geral, do bem comum.

Como sabem, várias reformas sectoriais têm sido realizadas em diálogo contínuo com os parceiros sociais, desde os enfermeiros e outros profissionais de saúde, passando pelos sindicatos e estruturas associativas dos guardas prisionais, da PSP, da GNR e da Polícia Judiciária. Também o Programa Impulso Jovem é monitorizado mensalmente pelos parceiros sociais em diálogo direto com o Governo.

Alguns dos processos de diálogo social mais importantes

Muitos destes processos de diálogo têm culminado em acordos subscritos pelo Governo e pelos vários parceiros, que constituem ganhos permanentes para os nossos processos de decisão política. É importante recordar alguns dos processos de diálogo social mais importantes:

- Há pouco mais de um ano celebrámos o Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, subscrito por todos os parceiros sociais com a exceção da CGTP. É um programa amplo de política económica, que continuámos a executar e desenvolver.
- Celebrámos um acordo com os sindicatos dos médicos que permitiu reorganizar o tempo de trabalho, alargando o horário laboral de 35 para 40 horas semanais e o tempo normal em urgência de 12 para 18 horas. O acordo também incluiu a consolidação das carreiras médicas, restringiu a contratação externa de serviços e a racionalização do trabalho extraordinário.
- O acordo com a maioria dos sindicatos dos professores para o novo regime de avaliação dos docentes solucionou uma questão que tinha criado divisões gravíssimas. Foram ainda objeto de negociação sindical as Alterações ao Estatuto da Carreira Docente; o Novo Modelo de Recrutamento e Seleção de Docentes; o Diploma de Autonomia e Gestão das Escolas;

o Diploma da Mobilidade de Docentes por Condições Especiais e a Vinculação Extraordinária.

- Celebrámos um decisivo acordo com as Instituições Sociais, com vigência plurianual, contendo aumentos da despesa efetiva dos acordos de cooperação que tinham sido congelados por Governos anteriores e liquidação da dívida da Segurança Social a estas instituições.
- Mais recentemente, o Acordo com os sindicatos para a Reforma do Trabalho Portuário. Apenas os sindicatos de Lisboa e de Aveiro nunca aceitaram negociar. Toda a reforma do trabalho portuário foi acompanhada pela Federação Sindical que se sentou à mesa das negociações com os operadores, e pelas associações empresariais.
- Um último exemplo: a regularização da situação criada com a transição dos militares para a nova tabela remuneratória. O Governo anterior tinha deixado criar um problema muito complexo e que muito preocupava nessa altura todos os órgãos de soberania. Além disso, descongelámos as promoções e regularizámos os descontos para a ADM. Sempre em diálogo com as chefias militares e com a sua participação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, como terão notado, escolhi falar hoje do tema decisivo da coesão social, e falar deste tema em vários dos seus aspectos. Primeiro, é a coesão social que nos ajuda a perceber a ideia da responsabilidade social das empresas. Nenhuma empresa é uma ilha e nenhum empresário pensa isso da sua empresa. Segundo, é a coesão social que guia os nossos esforços de desenvolver formas estruturadas de concertação social. Mas há um terceiro aspecto em que esta questão se torna decisiva. Estou a pensar no tema da reforma do Estado e do modo como esta reforma é para nós, neste momento, um imperativo de coesão social.

Todos os nossos esforços nestes vinte meses de governação tinham um objectivo declarado: impedir que a dívida acumulada e a situação de incerteza europeia e internacional pudessem conduzir a uma ruptura do financiamento externo e da capacidade do Estado cumprir os seus compromissos sociais. A coesão não deixará de ser terrivelmente afectada se o País não se preparar para uma despesa sustentável.



«Temos de nos preparar para o momento em que voltaremos a caminhar com os nossos próprios pés»

Chegamos portanto à questão decisiva. Como país, como comunidade, temos de nos preparar para o momento em que voltaremos a caminhar pelo nosso próprio pé, em que felizmente seremos capazes de abandonar o programa de assistência internacional a que fomos obrigados a recorrer. Esse será o momento em que voltaremos a depender apenas de nós próprios. Que irresponsabilidade seria não preparar adequadamente esse momento. Um momento de emancipação, mas também um momento em que tudo voltará a depender de nós, em que as nossas fragilidades estarão expostas, se não as soubermos combater a tempo. Com a reforma do Estado já não se trata de cumprir um programa a que tivemos de recorrer. Do que se trata é de nos tornarmos mais fortes para não voltar a passar pelas mesmas dificuldades.

É impossível negar que muitos dos nossos problemas resultam diretamente do modo como até agora definimos as estruturas do Estado. Por um lado, temos um Estado que permanece mais ou menos indiferente à necessidade económica de criar riqueza. É um Estado que pesa demasiado sobre a atividade económica, ao mesmo tempo que exige cada vez mais recursos para satisfazer as suas necessidades. Há aqui uma enorme contradição. Ao mesmo tempo que ia exigindo cada vez mais recursos da economia, o nosso Estado foi ao longo da última década o primeiro obstáculo à criação de riqueza. Não podemos combater o desemprego sem criar as condições adequadas à criação de riqueza, entre as quais está antes de mais a adequação das estruturas do Estado a este grande objetivo.

Houve muita gente que insistiu nesta contradição, que a levou ao limite do sustentável e do colapso financeiro. São as mesmas pessoas que agora nos pedem que continuemos a viver no limite desse colapso e que, para todos os efeitos, tornemos o estado de emergência que vivemos num estado permanente.

Nós não partilhamos desta cega adoração do Estado. Não achamos que tudo pode mudar menos as estruturas do Estado, mesmo quando visivelmente funcionam mal.

Gostava que refletissem sobre um dado particular: a taxa de pobreza. A taxa de pobreza que resulta do funcionamento da economia, a taxa de pobreza antes de transferências sociais, é na realidade inferior à média europeia. Mas vejamos o que sucede depois das transferências sociais. A taxa de pobreza cai, evidentemente, mas cai menos do que nos outros países, de tal modo

que - contabilizadas as transferências - se torna agora superior à média europeia. O que devemos concluir?

Minhas Senhoras e Meus Senhores, o exercício tem uma conclusão simples. O nosso Estado Social não é suficientemente eficaz. Não faz aquilo que deve fazer tão bem como deveria. É menos eficaz do que o Estado Social nos nossos parceiros europeus, onde reformas importantes nas duas últimas décadas tiveram resultados nalguns casos notáveis. É um facto bastante trágico que assim seja quando estamos a falar no combate à pobreza e à exclusão social. Também neste ponto a reforma do Estado é uma exigência de coesão social.

Desejo a todos os participantes um dia de debate muito produtivo. A coesão social é o grande desafio das nossas democracias, um desafio a que temos de responder em múltiplas dimensões e com uma abordagem integrada.

Espero que as minhas reflexões de abertura possam ser úteis ao debate que se seguirá.

Muito obrigado a todos» - Fonte: Gab.PM

A suspensão dos subsídios e os cortes salariais

são transitórios e os cortes actuais não serão permanentes

O Primeiro-Ministro disse no dia 18 falando aos jornalistas à entrada para a conferência sobre a Responsabilidade Social na Europa, que as medidas para baixar a despesa de forma permanente estão a ser discutidas no seio do Governo e, a seu tempo, serão apresentadas aos parceiros sociais e aos partidos da oposição, mas não está a ser pensado transformar em permanentes os cortes que agora foram criados como transitórios.

“A ideia de que a suspensão dos subsídios ou o corte salarial da função pública, decidido pelo anterior governo, se transforme em permanente, em vez de o repetir em cada Orçamento de Estado, não é uma direcção que estejamos a estudar”, afirmou.

“Precisamos de medidas que tragam a possibilidade de um dia poder desonerar os portugueses através dos impostos, reduzir o peso da dívida externa, o que só é possível reduzindo a despesa e aumentando excedentes orçamentais a que não estamos habituados, ou seja, termos um país que não nos dê défice todos os anos, para haver investimento público de qualidade”, defendeu.

Passos Coelho disse também que as avaliações políticas do memorando da ‘troika’ já são feitas e periodicamente - pelo Governo ao mais alto nível, nomeadamente nas reuniões dos ministros das finanças europeias, e não nas revisões trimestrais dos técnicos da troika, que se realizam em Portugal, na Irlanda e na Grécia. Passos

Coelho dava assim resposta à carta de António

“Mas” - disse - “Isso não nos impede de ter avaliações políticas mas relevantes que são as que têm lugar, em regra, no conselho de ministros das Finanças em Bruxelas, bem como no Conselho Europeu e nas oportunidades que são procuradas com frequência pelo Governo português, nomeadamente por mim próprio, com o presidente do Banco Central Europeu, com o presidente da Comissão e algumas vezes com Christine Lagarde. Esses contactos políticos existem e essa avaliação política também se faz, ainda que não a cada três meses”, respondeu.

No sábado, em Braga, o secretário-geral do PS havia já defendido que na próxima avaliação do programa de assistência financeira português a ‘troika’ se devia fazer representar por “responsáveis políticos” e não “técnicos”.

Passos Coelho, na segunda-feira, garantiu que “no entanto, as boas ideias são sempre bem-vindas” e confirmou não ter “qualquer preconceito ideológico, muito menos em relação ao principal partido da oposição”.

O PS, disse, “tem especiais responsabilidades na situação que o País está a viver e também na oposição ao governo, na medida em que chefiará uma alternativa de governo, do ponto de vista eleitoral, pelo que “cabe aos que se apresentam como alternativa” apresentarem as suas ideias.

“Espero que o PS, como primeiro partido da oposição, tenha uma intervenção que seja construtiva, relativamente ao trabalho que estamos a realizar de recuperação da normalidade no país e de ultrapassar a fase de emergência que temos vivido, desde que o anterior primeiro-ministro pediu ajuda externa, negociou e acordou os termos do memorando em vigor e assinou-o, comprometendo assim a palavra e o nome do estado Português”, comentou.

Passos Coelho nega que marginalize o PS e diz mesmo que tem procurado que traga as suas ideias e propostas para esse debate.

“Ainda na semana passada, no Parlamento, convidei o PS a dizer o que entende concretamente por novo processo de consolidação orçamental, materialmente e não através de ‘slogans’, com propostas práticas para realizar uma trajectória diferente para a consolidação das contas públicas. Até hoje isso ainda não aconteceu e aguardamos que o PS possa apresentar as suas propostas, facto que, realmente, lamento”, afirmou. lamentou.

O chefe do Governo afirmou-se empenhado na reforma do Estado e decidido a encontrar “uma plataforma de medidas para discutir com os parceiros sociais e os partidos da oposição”, que permita ter “um Estado mais justo e também poupanças permanentes para futuro”.

- Fonte: Lusa

O 'franchising' é importante para a recuperação económica



O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, anunciou no dia 13, que nas próximas semanas o Governo vai apresentar uma proposta para rever a política fiscal em sede de IRC. "Dentro de algumas semanas esperamos discutir uma nova proposta para a política fiscal em sede de IRC, que seja consentânea com os princípios comunitários e, em simultâneo factor de atracção de capital externo e, portanto, peça crucial no processo de internacionalização da economia portuguesa", afirmou.

O Primeiro-Ministro discursava na abertura do seminário sobre o tema "O papel do 'franchising' na recuperação económica", que decorreu num hotel em Lisboa.

Pedro Passos Coelho sublinhou que o Governo "tem a ambição" de apresentar políticas fiscais "amigas do investimento" dirigidas "às empresas e aos empresários" que terão, como "grande benefício final", a criação de emprego.

O Chefe do Governo disse que os fundos obtidos no âmbito do quadro comunitário europeu até 2012 "serão essencialmente dirigidos às pequenas e médias empresas".

O Primeiro-Ministro adiantou que o Governo está a preparar "os instrumentos necessários para potenciar os investimentos em conjunto com a banca comercial" mas também com "outros bancos internacionais" que podem "ajudar a encontrar o melhor desenho de uma instituição de natureza financeira especializada no desenvolvimento".

Dirigindo-se aos empresários presentes, Passos Coelho defendeu um "ambiente propício aos empreendedores" através da "remoção de obstáculos ao investimento".

Como exemplos da "remoção de obstáculos", Passos Coelho referiu o regime de "licenciamento zero" na área comercial e industrial e anunciou que este sistema será "muito proximamente alargado a todo o licenciamento ambiental".

O Primeiro-Ministro considerou ainda que o "custo social terrível" ao nível do desemprego deve ser contrariado com "reformas estruturais e políticas activas de emprego".

Sobre o programa de assistência financeira, Passos Coelho disse que "só uma restrição excessiva de financiamento à economia poderia obrigar a um processo mais prolongado de ajustamento" e considerou que esse não é um cenário real.

"Ora essa necessidade hoje não é uma necessidade real. Estamos a trabalhar em conjunto, para que essas restrições não vão além do que está previsto no memorando de entendimento e do que é razoável esperar de uma economia que assentou demasiado no crédito e menos no investimento reprodutivo", disse.

Referindo-se aos actuais níveis altos de desemprego, Passos Coelho, afirmou que os números do desemprego estão "razoavelmente em linha" com as previsões do Governo, excedendo-as em 2 décimos de um ponto percentual e disse esperar uma inversão de tendência ao longo deste ano.

"Os números hoje divulgados são números preocupantes, estão razoavelmente em linha com as previsões do Governo", afirmou Passos Coelho, referindo que o que está previsto é que a taxa irá ainda crescer este ano antes de haver uma inversão de tendência.

Em declarações aos jornalistas à margem do seminário, Passos Coelho admitiu que os números divulgados pelo INE mostram um "desemprego muito elevado".

"É um desemprego muito elevado, é a situação talvez mais dramática que nós temos no que respeita ao processo de reajustamento económico. Ele é socialmente muito doloroso, não tenho dúvida disso", disse.

De acordo com os números hoje divulgados pelo INE, a taxa de desemprego subiu para os 16,9% no quarto trimestre, face aos 15,8% observados no trimestre anterior, com o número de desempregados em Portugal a ultrapassar os 920 mil.

Na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, a taxa de desemprego continua a subir e chegou no quarto trimestre aos 40%, afectando 165 mil pessoas.

Questionado sobre quando poderá ocorrer uma descida do desemprego, Passos Coelho disse que a expectativa do Governo é que "uma inversão de tendência terá de ser ao longo do ano". – Fonte: Lusa

"O nosso objetivo é que ao longo do ano haja uma inversão de tendência económica e é ao longo dessa inversão que nós prepararemos as condições para que o emprego possa aumentar no país e portanto para estancar este problema do desemprego", frisou.

O "arrefecimento da procura externa" registado "terá de ser ponderado no sentido de ver se foi uma variação no último trimestre do ano com alguns efeitos sazonais, se tem uma explicação particular, ou se é uma tendência que vá permanecer ao longo do ano", disse.

Neste momento, disse, "é cedo" para "estar a fazer alterações de previsão".

2.ªs Jornadas de “Consolidação, Crescimento e Coesão”

“Quem não aprende com os erros do passado, está condenado a repeti-los”

As segundas Jornadas de “Consolidação, Crescimento e Coesão”, uma iniciativa do PSD, que pode e deve integrar-se na preparação da vida nacional no “pós-troika”, compreenderão a realização de 19 Conferências, que terão lugar durante o mês corrente, Fevereiro de 2013.

Procura-se discutir a Reforma do Estado e as políticas de consolidação orçamental, crescimento económico e coesão social e territorial.

Destas jornadas, realizaram-se na passada 6ª feira e no Sábado, respectivamente dias 15 e 16, cerca de metade dos encontros planeados para esta fase, sendo os restantes dez marcados para o dia 21, 22 e 23.

Em Beja

Os encontros deste fim-de-semana realizaram-se em Beja, com João Filipe Queiró (SE Ensino Superior), Mário Simões (CPD) e Teresa Leal Coelho (VP CPN).

Mário Simões (CPD Beja) afirmou que «A Reforma do Estado terá de ser feita sobretudo de muitas e pequenas reformas, sendo a maior a primeira e talvez a mais importante a desenvolver a que envolve mentalidades. Estamos já demasiado causticados por experiências falhadas e os resultados estão bem visíveis»

João Filipe Queiró (SE Ensino Superior), lembrou que «Tudo o que contribui para a melhoria do Ensino Superior contribuirá para a melhoria do país. O Ensino Superior está do lado das soluções não está do lado dos problemas. Muita da esperança do país creio que está no Ensino Superior, na qualificação dos jovens, na qualificação da população»

Teresa Leal Coelho (CPN/PSD) sustentou que «Um imperativo nacional de concretizar antes de mais a igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades tem de ser a mola de desenvolvimento do país e tem de haver uma igualdade de oportunidades no plano individual como no plano de coesão territorial que é obviamente uma tarefa há muito adiada e talvez das mais urgentes»

E reiterou que «Não só os últimos dez anos de governação foram catastróficos no plano do défice como foram no incremento da dívida pública»

Em Bragança

Em Bragança, (Macedo de Cavaleiros), estiveram Fernando Santo (SE Justiça), José Silvano (CPD), Luis Montenegro (Pres GP) e Paulo Braga Lino (SE Defesa). Em breve resumo, José Silvano (Presidente CPD), afirmou que

«Nós concordamos - e não há ninguém como os tras-montanos que não concorde - que é preciso disciplinar o Estado, as finanças públicas, que só se pode crescer com essas questões equilibradas»

Paulo Braga Lino (SE Defesa), lembrou que «Temos um princípio básico: o Estado tem de honrar e tem de garantir os compromissos que assume»

«Criámos ao longo dos anos, uma falsa sensação de riqueza e apostou-se, sobretudo, num eleitoralismo fácil»

Fernando Santo (SE Justiça) lembrou que «O maior rigor permitiu-nos reduzir substancialmente as nossas despesas, assumir os compromissos que temos, não faltar com os nossos compromissos perante os cidadãos mas naturalmente temos que fazer aqui uma profunda Reforma»

Luis Montenegro (Presidente GP/PSD), disse que «Se [a oposição] recusam a fazer este debate, se recusam a participar neste debate e na procura de soluções para atenuar esta disparidade, eu acho que nós temos politicamente que estar cada vez mais firmes naquilo que é a defesa do nosso projecto político para o País»

De facto – sublinhou - «Já não é só a responsabilidade que eles [socialistas] tiveram nos últimos 10 anos. Já não é só a responsabilidade que eles deveriam ter como potencial força política alternativa em futuros actos eleitorais para assumir a governação do País: é que há uma responsabilidade que é presente, que é permanente e à qual eles fogem de forma verdadeiramente inacreditável»



Pedro Passos Coelho e Virgílio de Macedo no Porto

No Porto, o encontro teve a presença do Presidente do Partido, Pedro Passos Coelho e de Virgílio de Macedo, Presidente da Distrital portuense. Como habitualmente, Passos Coelho falou de improviso, como se usa dizer

“falando do coração, para os militantes”.

Lembrou que, neste momento que atravessamos, «O mais importante é a política. Porque é o único instrumento numa sociedade democrática para podermos resolver os nossos problemas e prevenir os futuros»

Mais adiante lembrou que «...a circunstância que



«Há pelo menos um partido, o Partido Socialista, que tem insistido que não está disponível para fazer o debate sobre a Reforma do Estado por ele (debate) estar inquinado à partida, pelo objectivo que o Governo tem, de encontrar poupanças permanentes de 4 mil milhões de euros para o futuro. E eu já declarei que essa seria sempre uma responsabilidade que nós não estaríamos a ver o Partido Socialista acolher» (aqui, Passos Coelho foi interrompido uma grande salva de palmas).

Já mesmo no fim, ainda disse que «A grande novidade seria que o Partido Socialista estivesse disponível para assumir opções, que conduzissem a poupanças efectivas para o futuro, ou seja, para - de forma sustentável - termos um Estado que pudesse assumir, com normalidade, todas as suas funções, incluindo as sociais!»

Virgílio de Macedo, presidente da CPD do Porto

Antes de Passos Coelho, o Presidente da Distrital do

hoje vivemos é profundamente marcada por uma perspectiva política que perdurou durante demasiados anos, segundo a qual se entendia que se podia assumir qualquer destino, não importando as implicações que no médio e longo prazo essas opções podiam trazer para toda a comunidade»

E recordou ainda que «...nós, hoje, temos a grande responsabilidade de corrigir esse modelo por que caminhamos erradamente durante vários anos. Dir-se-á: essa é uma forma de fazer política, a olhar para trás. Quem me conhece e me ouviu durante vários anos sabe que essa não é a minha maneira de ser. Não se faz política a olhar para trás. Embora seja verdade, que não se constrói o futuro sem se saber tirar lições do passado».

Para Passos Coelho, continua verdadeiro o pensamento do filósofo George Santayana que afirmou, um dia, que “quem não aprende com os erros do passado, está condenado a repeti-los”.

Por isso, causa mal-estar ouvir líderes da oposição dizer que têm um caminho alternativo e uma solução para o nosso País, que passam por ter uma nova estratégia de consolidação orçamental e novas formas de lidar com o desemprego e com o crescimento; e de lidar simultaneamente com a coesão. É então que me interrogo - e lhes pergunto a eles, sem nunca conseguir uma resposta: “De que é que estão à espera para nos comunicar, para nos explicar, para nos salvar, com essas fórmulas mágicas?»

E o Presidente do PSD afirma que só pode retirar uma conclusão: «Apenas a demagogia política, no pior sentido do termo, pode sustentar afirmações desta natureza, próprias de quem não tem que comprovar a solução que apresenta, porque não tem a responsabilidade de governar».

Passos Coelho foi muito aplaudido nesta altura do seu discurso e continuou a sua alocução, e quando atingiu um ponto em que se referiu à economia e seu financiamento, lembrou que «...as condições de financiamento são como é evidente, importantes. Quando não são assim consideradas, quando se obtêm sem olhar a custos e prazos, acabamos no descalabro político, que foi o gerador da situação em que estamos hoje».

«Todos sabemos, pela própria condição das nossas vidas, que não foram criadas condições efectivas para que as políticas sociais possam ser sustentáveis. Portanto, a restrição financeira é curativa e é importante. Mas a Reforma do Estado que queremos fazer, não é apenas para fazer poupanças, para gastar menos. É também - e fundamentalmente - para criar uma Sociedade que ofereça mais oportunidades, que tenhamos um Estado que seja mais amigo do crescimento, que seja mais - por assim dizer! - cúmplice dos cidadãos, que cave um fosso menos fundo entre níveis de justiça na redistribuição do rendimento»

Já a caminho do fim do seu discurso, Pedro Passos Coelho ainda lembrou que «este, não é um caminho de rosas que temos de percorrer!»

«A situação de que partimos» - afirmou - «é bastante negativa. E portanto todos os partidos, todos os agentes políticos e sociais e económicos têm ampla liberdade para deste ponto de partida tão negativo nos proporem a sua reflexão sobre este processo de Reforma do Estado»

Porto, Virgílio de Macedo, tinha iniciado a sua intervenção com considerandos pertinentes sobre política, afirmando: «Os últimos tempos que temos vivido, têm sido tempos dominados pelo economicismo exacerbado, em que as leis da teoria económica ou da gestão, são dos factores com mais peso e mais importantes na tomada de decisões, e literalmente se sobrepõem ou permitem ignorar todos os outros factores.

As finanças e a economia ganharam o palco principal do nosso quotidiano.

Num ápice, como que por osmose, todos os intervenientes na nossa vida colectiva, passaram a ser economicistas por devoção, pseudo-catedráticos da gestão, esquecendo muitos deles que, existem outras ciências não menos importantes e que também deverão estar sempre presentes na sua intervenção. Mas não, aparentemente tudo á nossa volta começa onde termina, termina onde começa, ou seja na economia e nas finanças.

E a política? A política no verdadeiro sentido, na verdadeira acepção da palavra, a política como forma de encontrar soluções para os problemas, para a vida das



peçoas, política que, afinal...tem sido tão maltratada nos últimos tempos.

Será que todos nós, agentes políticos, nos esquecemos da ciência política? Ou será que de forma voluntária ou involuntária, a temos empurrado para um plano secundário, consequentemente menorizado?

Existe uma enorme diferença entre aquilo que se diz que é a política, daquilo que temos vindo a fazer dela e, aquele que é o verdadeiro significado da sua palavra.

Política será sempre a ciência ou arte de governar!

Falar de política, não é difícil. Fazer política, sim!

O difícil é reconhecer que a política não é mais do que dar uma resposta clara e objectiva aos nossos problemas concretos, aos nossos problemas colectivos.

«Falar de consolidação, crescimento e coesão é falar numa política feita pela positiva. É uma política feita com opções concretas que levem à consolidação e ao crescimento económico real e efectivo»

«A estratégia de consolidação e cumprimentos dos objectivos só pode ser feito de uma forma activa, como uma oportunidade para resolver o estado em que deixaram as nossas contas públicas»

«No passado confundiu-se consolidação com desorçamentação, confundiu-se crescimento com alavancagem financeira, confundiu-se coesão com construção de infra-estruturas. É de saudar a coragem do nosso Governo que, desde a primeira hora, assumiu de uma forma pragmática que o problema do nosso país é um problema estrutural e que não é só consequência de uma conjuntura adversa dos mercados financeiros ou da evolução económica de outras economias»

Mais adiante, referindo já o tema dominante da reunião, lembrou que «Vivemos em 16 anos, 13 sob governos socialistas. Foram anos de consumo de País rico, a produzir como um País pobre. As consequências foram óbvias...»

«Falar de consolidação, crescimento e coesão é começar por isto mesmo. Não interessa teorizarmos mais sobre este assunto.

«No passado confundiu-se consolidação com desorçamentação, confundiu-se crescimento, com alavancagem financeira, confundiu-se coesão com construção de infra-estruturas.

«É de saudar a coragem do nosso Governo que, desde a primeira hora, assumiu de uma forma pragmática, que o problema do nosso país, é um problema estrutural, e que não é só consequência de uma conjuntura adversa dos mercados financeiros ou da evolução económica de outras economias.

«A consolidação, crescimento e coesão implicam reformas estruturais difíceis de aprovar e executar. A sua aplicação não tem efeito mágico de um momento para o outro. Disso sabemos. Entre a aplicação e a verificação dos resultados, é longo o caminho e é doloroso o seu percurso. Mas vamos fazê-lo...».

E já a terminar, dirigindo-se a Passos Coelho, não como Presidente do PSD, mas como Primeiro-Ministro de Portugal, afirmou: «Não podemos esquecer que a Democracia é um regime de Governo em que o poder de tomar importantes decisões políticas está nas mãos do Povo. O conceito como comecei é difícil. Mas a fundamentação é só uma: cuidar da vida colectiva, desenvolver a sociedade, ajudar o país, o futuro, Portugal.

Senhor Primeiro Ministro, foi aqui no distrito do Porto que V. Exa. encontrou um baluarte, um enorme baluarte, de apoio ao seu projecto político para o país.

Os militantes do distrito do Porto conhecem-no bem, confiam em si, contam consigo, para não os desiludir.

Termino lendo uma frase do ano 55 a.c., de Marcus Tullius Cicero, repito do ano 55 a.c.: "O orçamento deve ser equilibrado, o Tesouro deve ser reabastecido, a dívida pública deve ser diminuída, os cidadãos romanos têm de parar de viver às custas do Estado."

Lisboa Oeste

Foi no sábado, dia 15, no Auditório Municipal do Cadaval, que se realizou a sessão da Área Oeste de Lisboa, das II Jornadas «Consolidação, Coesão e Crescimento» com a presença de Duarte Pacheco, Paulo Lemos, Hélder Rosalino e do Secretário-Geral do PSD Matos Rosa.

Os oradores apresentaram as principais medidas tomadas pelo Governo com o objectivo de se alcançar



um modelo de crescimento sustentável resolvendo os problemas estruturais do Estado português.

Na sequência das intervenções dos oradores, já mencionadas, ocorreu um amplo debate com a participação da assistência, onde foram demonstradas preocupações com as condições do desenvolvimento do sector agrícola, com o desemprego jovem e com a burocracia que persiste na administração pública.

A riqueza do debate demonstrou o êxito desta iniciativa da CPN e o esforço da Secretaria-Geral para manter os elos de comunicação entre as bases do PSD, os seus dirigentes e o Governo de Portugal.

*

Em Évora, estiveram António Costa da Silva (CPD), Manuel Rodrigues (SE Finanças), Paula Teixeira da Cruz (Min. Justiça) e Pedro Lynce (Dep.);

Em Viana do Castelo, Carlos Abreu Amorim (Dep.),

Eduardo Teixeira (CPD) e Pedro Roque (SE Emprego);

Em Portalegre, no Centro de Arte e Espectáculos, Cristóvão Crespo (CPD), Fernando Leal da Costa (SE Saúde), Juvenal Peneda (SE Adm. Interna), Luis Marques Guedes (SE PCM).

Em Setúbal, Manuel Pinto de Abreu (SE Mar), Maria Luíz Albuquerque (SE Tesouro) e Pedro do Ó (CPD).

Finalmente, em Vila Real (Hotel Forte de São Francisco), Domingos Dias (CPD), João Grancho (SE Educação), Miguel Macedo (Min. Adm. Int.) e Luis Ramos (Dep).

*

A jornada, em todos os locais em que se realizaram reuniões, decorreu com extraordinário interesse de todos os que compareceram - e foram muitos - e os oradores e subsequente comentário foram amplamente recompensados pelas manifestações de genuína social-democracia que se revelaram em todos os locais. - Povo Livre

Conselho de Ministros de 14 de Fevereiro de 2013



1. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece as medidas específicas de apoio à preparação e participação internacional das seleções ou outras representações nacionais, tendo por referência o regime que já se encontra definido para o desporto de alto rendimento - com o qual aquela participação encontra inegáveis semelhanças -, embora com as necessárias adaptações.

É regulado o estipulado na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, que classifica, de forma explícita, como de interesse público a participação nas seleções ou outras representações desportivas nacionais, consagrando que estas são objeto de apoio e de garantia especial por parte do Estado, tal como já acontece com o desenvolvimento do desporto de alto rendimento.

2. O Conselho de Ministros aprovou, na sequência da elaboração do Livro Branco, as orientações estratégicas de intervenção para a política da juventude.

Para o efeito, o Governo identificou as seguintes 16 áreas temáticas: Educação e Formação; Emprego e Empreendedorismo; Participação Cívica; Emancipação Jovem; Mobilidade; Prevenção Rodoviária; Saúde, prevenção dos comportamentos de risco; Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Cultura, Inovação e Criatividade; Voluntariado; Inclusão Social; Habitação; Solidariedade Intergeracional; Jovem Português no espaço Europeu e no Mundo; Associativismo; e Combate à desigualdade de Oportunidades.

De salientar que procedeu-se, relativamente a cada um destes temas, à análise dos resultados de um extenso conjunto de consultas, sintetizando e sistematizando as propostas recolhidas e procedendo-se à articulação com os diversos departamentos governamentais, trabalho que permitiu a elaboração do documento sobre a estratégia para as políticas públicas da juventude.

Tendo presente a realidade económica e financeira do país, e inerente enquadramento orçamental, Governo e diversos organismos da Administração Pública diligenciarão na prossecução das linhas de intervenção contempladas na resolução agora aprovada.

3. O Conselho de Ministros aprovou, no uso de autorização legislativa e após um processo negocial com as organizações representativas dos trabalhadores, o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado.

Este diploma concretiza a transição dos trabalhadores dos serviços externos do MNE para as carreiras gerais da Administração Pública e, no caso dos trabalhadores que exercem funções nas residências oficiais do Estado, para a carreira de assistente de residência. Procedeu-se, ainda, à extinção dos cargos e categorias de chefia e à criação de um novo cargo de chefia administrativa dos serviços de chancelaria, que é exercido em comissão de serviço, com a duração de três anos, definindo-se o respetivo regime.

4. O Governo aprovou o regime aplicável aos contratos de compra e venda de leite cru de vaca, celebrados entre produtores, intermediários e transformadores, adaptando a ordem jurídica nacional a um Regulamento Comunitário.

O Governo promoveu a consulta às entidades representativas do sector, que, de forma unânime, manifestaram a concordância com a consagração, a nível nacional, da obrigatoriedade da celebração de contratos escritos para todas as transações de leite cru de vaca, como instrumento de estabilização do mercado.

Trata-se de uma medida que constitui uma importante ferramenta de regulação, contribuindo para uma maior transparência e para a responsabilização dos diferentes operadores na gestão interna da oferta e na adaptação à procura.

5. O Conselho de Ministros aprovou a nova estrutura orgânica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., que passa a integrar as atribuições no âmbito da computação científica nacional, que vinham sendo prosseguidas pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN).

Estabelece-se que a gestão, operação e manutenção do registo do domínio de topo correspondente a Portugal.pt, seja atribuída a uma associação de direito privado a constituir nos termos da lei, atenta a autossuficiência financeira desta atividade, por forma a garantir a respetiva independência e autonomia.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que procede à alteração do regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, à instalação de redes de comunicações electrónicas e à construção de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios, por forma a conformá-lo com as diretivas comunitárias relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais, e aos serviços no mercado interno.

Esta proposta de lei estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício destas atividades, conformando e atualizando o regime sancionatório face ao regime quadro das contraordenações do sector das comunicações.

7. Projeto de resolução do Conselho de Ministros que nomeia o conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E., composto por um presidente e quatro vogais.- Gab. PM

Comunicado do PSD

Total repúdio ao abuso e corrupção do direito à livre expressão

O PSD respeita e valoriza a livre expressão dos cidadãos na defesa de um modo de vida justo e equilibrado. A crítica às políticas, em especial quando alicerçada em propostas e em alternativas, é não apenas um direito dos cidadãos como pode mesmo contribuir para a melhoria do desempenho dos responsáveis políticos e das organizações. No entanto, a manifestação ontem realizada no ISCTE, impedindo o Ministro Miguel Relvas de proferir o seu discurso, é merecedora de total repúdio na medida em que traduz uma limitação à liberdade de expressão, contrariando de um modo inaceitável os valores da liberdade e da democracia.

Jorge Moreira da Silva
Primeiro Vice-Presidente do PSD



Jorge Moreira da Silva na tomada de posse da nova Comissão Política da Secção de Tondela

No passado dia 16, o 1º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva, assistiu à tomada de posse da nova Comissão Política da secção de Tondela (Viseu), que passou a ter a seguinte constituição:

Presidente: Luís Miguel Rodrigues. Vice-Presidentes: Jorge Manuel H Rodrigues e Vera Lúcia Dias Machado. Tesoureiro: Sérgio de Sousa Rodrigues. Vogais: Pedro Luis Jesus F Adão, Cecília C Ribeiro Fragoso, Fátima Carla Dias Antunes, José Carlos H Vieira Coimbra, Ricardo Coimbra Santos e Ana Margarida Maia Antunes. Secretário: Eduardo José Brás Chaves

Assembleia de Secção, Presidente: Felisberto Marques.

“O PS está numa fase de clarificação interna”



No debate quinzenal de dia 5, Luís Montenegro, expressou preocupação que a bancada do PSD sente com os níveis de desemprego que se registam no nosso País. O presidente do grupo parlamentar recordou que esta não é uma situação nova, que tem mais de uma década, e que tem vindo a piorar ao longo dos últimos anos. Apesar de reconhecer que houve um agravamento neste período de assistência financeira, de crise e de recessão económica, o parlamentar esclareceu que este problema é mais profundo, é estrutural e está relacionado com o modelo de desenvolvimento económico que o País tem e teve nos últimos anos. “É verdade que todos estamos preocupados e que todos somos sensíveis ao drama por que passam os portugueses e as suas famílias. Mas que não haja ilusões. Nós sabemos que a preocupação por si só não cria emprego: é preciso acção imediata e estrutural. No imediato com políticas activas de emprego como foram tomadas várias de estímulo à contratação de desempregados de longa duração, os programas de estágios profissionais, o impulso jovem, os apoios aos investimentos das micro pequenas e médias empresas ou o programa nacional de microcrédito. Medidas em curso que têm de ser acompanhadas por uma intervenção estrutural. As reformas em curso, na área da justiça, nas leis laborais, nos licenciamentos industriais são fundamentais para atrair investimento”.

Luís Montenegro destacou a importância dos fundos europeus para combater este flagelo. O líder da bancada do PSD felicitou o Governo pela reorientação do QREN e pelo novo Quadro Financeiro da União que são apoios fundamentais. Na opinião do social-democrata, igualmente importante é a existência de uma forte sensibilidade social. Uma sensibilidade que dê esperança às pessoas e que não venda ilusões. “Porque aqueles que se apressam a aproveitar a situação do desemprego e querem fazer crer às pessoas que é possível resolver tudo isto de um dia para o outro, esses não têm sensibilidade social, estão a alimentar expectativas que sabem que não podem ser cumpridas no imediato”.

Mas o combate ao desemprego, acrescenta o parlamentar, também exige respostas à escala europeia. Nesse sentido, o deputado cumprimentou o Governo pelos resultados alcançados no último Conselho Europeu, que foram mais benéficos para Portugal do que para muitos dos nossos parceiros europeus e mais vantajoso para Portugal do que os que o Governo do PS conseguiu.

Já no que respeita ao momento político nacional, Luís Montenegro referiu que atravessamos um momento em que essa situação é cada vez mais clara. “Do lado da maioria vamos continuar a ter uma postura de tenacidade, realismo e uma vontade férrea de transformar Portugal e com grande sensibilidade social na acção. Do lado

da oposição a situação também é muito clara. O PCP e o BE têm tido uma postura coerente. O PS está numa fase de clarificação interna. Na minha opinião, podemos retirar algumas conclusões. E uma conclusão que se pode tirar desta nova realidade do PS é que o Dr. António José Seguro está cada vez mais igual ao Engenheiro Sócrates e que o Dr. António Costa está cada vez mais igual ao Dr. António José Seguro. António José Seguro assumiu o legado do Engenheiro Sócrates e uma abordagem de facilidade muito semelhante. O Dr. António Costa vai ficar à espreita num tacticismo semelhante àquele que teve o Dr. Seguro”.

Relativamente ao “documento de Coimbra”, que surgiu da reunião dos socialistas, Luís Montenegro declarou que, embora sejam poucas, começam a surgir ideias. Uma delas, lembrou Montenegro, passa pelo aumento do salário mínimo nacional, esquecendo-se aquilo que inscreveram no memorando de entendimento, ou a proposta para aumentar as pensões mínimas, esquecendo que as congelaram e que foi este Governo que as descongelou. A terminar, o líder do grupo parlamentar apontou a “pérola” do documento: “O PS deve liderar o debate sobre a reforma do Estado”. Face a esta ideia dos socialistas, Luís Montenegro declarou que para liderar é preciso estar no debate e que os socialistas tiveram falta de comparência neste debate, ficaram à porta do debate e não quiseram participar na Comissão Eventual. “Para liderar é preciso ter acção e não omissão”, concluiu.

Orçamento Europeu: Portugal obteve mais 300 milhões de euros do que o valor previsto

O deputado social-democrata, Carlos Costa Neves, elencou “dois acontecimentos recentes que, pelo impacto que têm no crescimento e emprego na União Europeia e em Portugal, o grupo parlamentar do PSD considera da maior importância: o acordo a que chegou no Conselho Europeu quanto ao Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020 e a abertura de negociações formais para a celebração de um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos da América e a Comissão Europeia”.

No que concerne ao acordo, Costa Neves considera-o fundamental para a União e para Portugal. “Quando uns vaticinavam e outros temiam um tropeção, os chefes de Estado e de Governo da União, todos, assumiram que o momento de decidir era este. Tinha de ser este. Ganham os cidadãos que vêem realizada a justa expectativa de que a União é capaz de agir para superar a crise que a todos aflige. Persistir no desentendimento teria custos enormes. Persistir no empasse seria caminhar para a irrelevância”.

E acrescentou: “Portugal sai bem no acordo a que se chegou. Portugal não só obteve mais 300 milhões de euros do que o valor previsto da proposta da Comissão com viu consagrado um conjunto de pressupostos e regras que vão de encontro às nossas necessidades. Num contexto de redução geral de despesa foi possível atenuar perdas do financiamento da política de coesão e da Política Agrícola Comum”. Assim, sublinha o deputado do PSD, este resultado positivo para Portugal traduz o trabalho de muitos e empenho de todos. “Distingo a solidez da sustentação técnica, a eficácia política, a articulação dos intervenientes. No processo negocial, conduzido com segurança pelo Governo, cabe uma referência ao Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. Soube forjar alianças, soube o que exigir, como exigir e quando exigir, definiu prioridades e consolidou compromissos. Está assim dado um passo essencial para assegurar a mais importante fonte de financiamento para o indispensável crescimento e emprego no período de 2014-2010”.



Marco António Costa inaugura creche da instituição social Cruzada do Bem

Uma nova creche em São João de Ver, concelho da Feira, foi dia 16, inaugurada numa cerimónia onde o autarca, Alfredo Henriques, assegurou o empenho da Câmara no apoio às IPSS.

A nova estrutura resulta da ampliação do Patronato Amor de Deus, que, servindo já 50 crianças em regime pré-escolar e 12 em três creches familiares (em que uma ama credenciada pela instituição acolhe vários meninos em casa), passa agora a dispor de um espaço adicional que lhe permitirá alargar a sua oferta a outros 30 utentes com idades entre os três meses e os três anos.

O investimento em causa foi de 450 mil euros, teve financiamento a 60 por cento pelo PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos e a inauguração contou com a presença do secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Marco António Costa.

A obra, afirmou o secretário de Estado, vem "contribuir para que se crie um espírito que fomente a natalidade", na medida em que esse não existe sem o devido "apoio às famílias".

Realçando a componente de voluntariado subjacente ao processo de afirmação de um projecto deste tipo, como tudo o que essa implica de "incomodidade" para a vida pessoal de dirigentes e autarcas, o secretário de Estado defende que o trabalho social "há mais de duas décadas que não tem tido a projecção que devia na comunicação social" e afirma que se impõe agora "um maior aproveitamento destes equipamentos".

Por seu turno, Alfredo Henriques, presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, também reconheceu a capacidade de iniciativa das 30 instituições de solidariedade do concelho, referindo-se não apenas ao seu mérito estritamente social, mas também ao seu contributo para a economia.

"Um aspecto que é muito importante é o do desenvolvimento económico que estas IPSS trazem à região e ao concelho", explica o autarca, "nomeadamente pelo que obras como esta representam para o sector da construção civil e para a criação de novos empregos".



Coligação "Juntos por Braga" tem um projecto sério e alternativo para o concelho

O Partido Social Democrata (PPD/PSD), o CDS-Partido Popular e o (Partido Popular Monárquico (PPM) renovaram o acordo de coligação para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Braga e para as Assembleias de Freguesia nas Eleições Autárquicas de 2013. A assinatura do protocolo decorreu no Museu dos Biscainhos, dia 11, e encheu por completo este espaço, que juntou autarcas, dirigentes associativos e cidadãos que se quiseram associar a este momento.

Nesta reedição da Coligação "Juntos por Braga", os três partidos declararam o seu apoio à candidatura de Ricardo Rio às próximas eleições autárquicas. Esta união de esforços entre os partidos da coligação vem dar seguimento ao trabalho conjunto em prol do progresso e do desenvolvimento da cidade que está a ser executado desde 2005.

De acordo com os líderes dos três partidos representados, a coligação "Juntos Por Braga" assume-se como um projeto "suprapartidário" que, em conjugação de energias entre partidos e cidadãos, pretende representar uma alternativa sólida e capaz para o futuro do concelho.

Durante a sua intervenção, Ricardo Rio afirmou que Braga necessita "urgentemente" de uma mudança. "Mais do que um acordo entre partidos, a Coligação "Juntos por Braga" engloba todos os que acreditam que é possível fazer muito mais e que depositam em nós a confiança na construção de uma Braga melhor", declarou. O líder da coligação lamentou ainda as opções disparatadas da Câmara Municipal: "A concessão e aumento das ruas com parcómetros, as taxas e IMI e DERRAMA ou o aumento das taxas municipais são provas de que o executivo autárquico, de forma totalmente irresponsável, está a asficiar as famílias e as empresas. Braga está a perder competitividade e a ver degradarem-se as suas condições económicas, pelo que se exige uma mudança rápida de



políticas, sob pena de os danos serem irreversíveis", alertou Rio.

O candidato às próximas eleições autárquicas assumiu a implementação de uma política de proximidade com os agentes da cidade, nas mais variadas áreas, como uma das grandes prioridades para os "Juntos Por Braga". "Queremos uma Braga diferente para muito melhor, uma Braga que pugne pela qualidade de vida, pela geração de riqueza e criação de emprego, pela valorização patrimonial e urbanística e pela inovação e conhecimento", declarou.

Ricardo Rio está convencido de que as pessoas "já perceberam" o que têm a ganhar com a alteração das políticas municipais. "São milhares os Bracarenses que, garantidamente, estão orgulhosos do trabalho de oposição sério e incansável que efetuamos e acreditam no

nosso projeto para a cidade. Este ano, estamos certos de que mereceremos a sua confiança para assumir a liderança dos destinos da cidade", assumiu, enfatizando que o executivo socialista está "gasto e cansado", primando a sua atuação pela "incapacidade, incompetência e indiferença".

A finalizar, o autarca garantiu que a coligação está ciente da responsabilidade e da grandeza do desafio que têm pela frente. "Estamos seguros de que temos o melhor plano de gestão para Braga e sabemos que se unirmos esforços, é possível fazermos muito mais e melhor", concluiu

Excessos e desvarios da Câmara Municipal prejudicam gravemente a cidade

Nesse sentido, também João Granja, presidente da concelhia do PSD de Braga, declarou que "hoje, mais do que nunca, faz-se sentir a necessidade de uma mudança de protagonistas e de políticas". Para Granja, os "excessos e desvarios" da Câmara Municipal, de que são bom exemplo os oito milhões gastos nas piscinas olímpicas, estão a lesar gravemente a cidade.

Por seu turno, Henrique Borges, líder da concelhia do CDS-PP, destacou que o acordo assinado representa um "compromisso de vitória" com a cidade de Braga, e indicou que a aposta nos sectores produtivos que são estratégicos no nosso concelho tem de ser uma prioridade.

Já Manuel Beninger, líder do PPM de Braga, afirmou que a coligação está "de pedra e cal", realçando que, para que a mudança seja possível em Outubro, é preciso uma "acção conjunta e integrada" dos partidos e dos apoiantes deste projecto.

PSD/Açores propõe programa de apoio a desempregados e famílias em situação de insolvência

O PSD/Açores entregou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um diploma destinado a implementar um programa de medidas de apoio para os cidadãos em situação de desemprego, nomeadamente através de um regime complementar de apoio ao subsídio de desemprego visando combater a acentuada quebra de rendimentos dos agregados familiares, e nos casos em que ambos os cônjuges se encontrem sem emprego.

Para o presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, “trata-se de um trabalho que foi desenvolvido pelo Grupo Parlamentar do partido na sequência de um compromisso apresentado durante o nosso recente congresso”. “O PSD/Açores não pode ficar tranquilo com a dramática situação em que se encontram milhares de famílias açorianas” nem pode “ficar descansado quando milhares de pessoas estão a sofrer por não conseguirem encontrar trabalho”, declarou.

Duarte Freitas declarou que “ainda esta semana se ficou a saber que os Açores têm a mais alta taxa de desemprego de sempre e que foram a Região do país onde o desemprego mais cresceu durante o ano 2012. É, por isso, uma obrigação de todos os partidos trabalhar para de alguma forma conseguir minimizar esta situação”.

Segundo Duarte Freitas, esta “proposta não se destina a substituir nenhuma das que têm sido anunciadas pelo Governo, mas sim a complementar alguns desses programas de apoio. Julgo que com ela conseguiremos chegar a mais açorianos”.

“O Governo Regional e o PS/Açores têm afirmado publicamente que estão disponíveis para trabalhar em conjunto com os partidos da oposição. Há aqui uma boa oportunidade para dar corpo a esses anúncios de intenções”.

A proposta do PSD/Açores, sem se afastar a aplicação do regime jurídico em vigor para atribuição do subsídio de desemprego e o fomento do regresso à vida activa, prevê a criação de criadas medidas complementares ao subsídio de desemprego, que possuem uma dupla natureza: medidas activas e medidas passivas de minimização e reparação da situação de desemprego.

As medidas activas de minimização e reparação da situação de desemprego são aquelas em que o beneficiário não tendo, ou tendo já deixado de ter pelo decurso do tempo, direito ao subsídio de desemprego, pode beneficiar de determinado rendimento que lhe provém do exercício efectivo de uma actividade ocupacional transitória remunerada, que lhe é facultada pelos promotores previstos neste diploma.

As medidas passivas, consubstanciadas num complemento ao subsídio de desemprego ou no subsídio subsequente ao subsídio de desemprego, são destinadas a colmatar a diminuição de rendimentos de agregados familiares com dependentes a seu cargo e onde a situação de desemprego os afecta de modo particular ou mesmo em situação de insolvência.



“É urgente a revisão do Plano de Ordenamento do Turismo”



O PSD/Açores considera “urgente a revisão pública do Plano de Ordenamento do Turismo da Região Autónoma dos Açores (PROTAA)”, frisando que essa revisão “deve servir para alterar de forma profunda uma estratégia que se revelou profundamente errada. Aliás o Governo tem de assumir o seu enorme falhanço estratégico nas políticas de turismo”, disse o deputado António Pedroso.

O social-democrata apresentou as conclusões das Jornadas Parlamentares realizadas na Caloura, ilha de São Miguel, e afirmou que o Governo Regional “gastou mais para ganhar menos” ao nível das políticas de Turismo, “com más apostas nos apoios concedidos, confirmados pela descida dos proveitos em 2012, depois de na última legislatura ser prometido o maior investimento de sempre em promoção - cerca de 30 milhões de euros -. Recusou-se para os números da actividade turística em 2004”, referiu.

Segundo o deputado, é necessária “uma firme aposta em pequenas unidades hoteleiras, adequadas ao turismo que nos interessa. Essa é uma aposta que ainda está por fazer, o que impede um grande impacto na produção local e maiores receitas para as nossas freguesias, ajudando até a combater a desertificação a que assistimos por todos os Açores”.

António Pedroso lembrou que, “num ano mau como foi o de 2012, há casos de sucesso no turismo rural açoriano, com a ilha do Pico a destacar-se nesse campo e São Jorge a ser também um exemplo de evolução. Os mais críticos explicam-no com o facto do turismo em espaço rural ser aquele onde menos se nota a presença do Governo Regional”, adiantou.

Segundo o social-democrata, “nas áreas onde o Governo foi mais activo, caso da promoção e dos incentivos financeiros para a construção de unidades de hotelaria tradicional, o que se vêem são hotéis a encerrar, alguns que nunca chegaram a abrir, e até o Hotel Casino, em Ponta Delgada, que pelos vistos fechou antes mesmo de estar concluído”.

Para António Pedroso, toda “a nublosa participação do Governo nas questões que envolvem o Hotel Casino está muito mal explicada. Continuamos sem saber que volume de dinheiro público foi investido no projecto, e se o Governo vai ou não agir de acordo com o previsto na legislação que regula a atribuição de incentivos”, avançou.

António Pedroso exigiu também que o Governo Regional explique “onde foram gastos 30 milhões de euros na promoção do Turismo açoriano e como se justificam tão fracos resultados com esse investimento”, afirmou.

O parlamentar social-democrata apontou ainda que “todos estão de acordo ao apontar responsabilidades à política de transporte aéreos e marítimos como causa da difícil situação do nosso Turismo”, criticando que o facto de sermos “o único local no mundo onde comprar uma viagem “last minute” significa fazer a reserva com 48 horas de antecedência. E, mais grave ainda, onde se limitam os lugares para essas tarifas e depois os aviões andam quase vazios”, disse.



Director: José Silva Marques
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Número 376 • 30 de Setembro de 1981 • Preço 15\$00

Francisco Balsemão no III Congresso Regional do PSD dos Açores

AUTONOMIA É O MOTOR DO DESENVOLVIMENTO DOS AÇORES

Acreditamos na Autonomia como prova meio e finalidade do Estado português



- **Mota Amaral reeleito presidente da Comissão Política Regional**
- **Álvaro Monjardino entre as 54 novas adesões ao PSD**
- **Importantes conclusões no final dos trabalhos**

Estranho comportamento do Presidente da República

1. O povo português vem assistindo a um elucidativo comportamento político do Presidente da República. De há uns largos meses a esta parte, o general Ramalho Eanes vem cumprindo um estudado calendário de digressões de fim-de-semana por várias autarquias do País.

2. Têm-se essas visitas revestido, normalmente, de dois aspectos predominantes:

A) O Presidente da República faz usualmente coincidir a sua deslocação a uma autarquia com a realização de qualquer evento ou festividade locais que, só

por si, implica considerável número de presenças de elementos da população.

B) Por essas ocasiões, o Presidente da República profere discursos ou declarações em que relembra e louva as virtualidades da regionalização e da descentralização e em que exprime uma pretensa solidariedade com os eleitos autárquicos na sua exigência de um poder local forte e enraizado. Tem igualmente o Chefe de Estado aproveitado esses contactos para censurar o Poder Político Central sediado em Lisboa, de que parece esquecer-se ser o primeiro expoente.

3. O PSD manifesta a sua estranheza por este comportamento do Presidente da República que mais não parece visar do que a obtenção de fáceis popularidades através de um enunciar de objectos ideais, desejados por qualquer pessoa, por todas as regiões, ou pelas várias forças políticas democráticas, mas que a actual situação do País não permite que sejam atingidos em plenitude e a curto prazo.

4. O PSD considera igualmente que seria mais compreensível que o Chefe do Estado traçasse esses quadros ideais se, simultaneamente recordasse às populações a grave situação do País e os obstáculos que se deparam a quem, na governação quotidiana, a tem de enfrentar.

Por isso mesmo, o PSD lamenta que o Presidente da República venha assumindo um estilo de intervenção e formulando exigências políticas que as próprias forças de oposição democrática rejeitam.

5. O PSD repudia finalmente as ameaças implícitas em declarações do general Eanes, proferidas no último domingo em Elvas, e transcritas num vespertino de orientação comunista e declara solenemente que é a mesma de sempre a sua disposição para lutar contra quaisquer projectos de poder pessoal.

Lisboa, 23 de Setembro de 1981

a Comissão Permanente Nacional do PSD

“Na autonomia regional empenham-se todos os sociais-democratas, porque vêm nela uma forma de consolidar a democracia, uma maneira de estar na Europa a que pertencemos.

Por isso, estão certas as vossas conclusões quando dizem que a autonomia regional é uma questão de Estado” — declarou o Presidente do PSD, Francisco Pinto Balsemão, no III Congresso Regional do PSD dos Açores que decorreu na cidade de Praia da Vitória.

A autonomia — continuou Balsemão — deve ser, e tem sido, o motor do desenvolvimento dos Açores e, ao mesmo tempo, a garantia da unidade do Estado. A autonomia pode ser exercida, e tem-no sido, em ambiente de solidariedade nacional”.

Referiu-se seguidamente à criação da Comissão de Coordenação

Permanente para o Sector do Leite, como exemplo da viabilidade e ne-

cessidade de uma articulação da política económica que cubra o todo nacional, mencionando ainda a política de transportes e a cobertura televisiva das Flores e do Corvo.

Balsemão abordou, depois, a autonomia como “um conceito dinâmico, ao qual a lei e, portanto também a Lei Fundamental que é a Constituição, deve ser adaptada, com a participação de todos os interessados.”

“Não quero intervir numa polémica que envolva outros órgãos do Estado — prosseguiu o Presidente do PSD — mas, em termos práticos, em termos reais, o que conta

Continua na pág. 4

“Povo Livre”

Devido ao feriado de 5 de Outubro, “Povo Livre”, na próxima semana, apenas será distribuída na quinta-feira, dia 8.

IX
Congresso
Nacional

•

Regulamento

(PÁG. 14)

Delegação do PSD visita a Argélia

A convite da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN) uma delegação do PSD, composta por membros da Comissão de Relações Internacionais, respectivamente Luís Fontoura e Castro Ferreira, encontra-se de visita àquele país.

A delegação social-democrata será recebida pelo presidente argelino Chadli Benjaidid, a quem entregará uma mensagem pessoal do presidente do PSD, Francisco Pinto Balsemão.

Esta viagem circunscreve-se na actividade desenvolvida pelo PSD, no sentido de se fomentar a maior

aproximação entre Portugal e o mundo árabe, na linha das directrizes traçadas no último Congresso do Partido.

Luis Fontoura e Guilherme Jardim, respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão de Relações Internacionais, estiveram em Roma, onde participaram, a convite da Fundação Friedrich Nauman, num colóquio sobre Comunicação Social. Seguidamente, assistiram, também naquela cidade e como observadores, à reunião periódica da Internacional Liberal.



A nova agenda das exportações

Jaime Quesado (*)

Portugal vai acelerar a sua Agenda das Exportações. Num tempo de crise, a posta nas exportações é central e mais do que nunca importa apostar num Novo Modelo de Competitividade e Crescimento. Esta crise de crescimento que se vive actualmente vem sendo atribuída a um fenómeno externo, conjuntural. Isto não é assim, em grande medida: a não convergência para a média de rendimento per capita da UE dura há cerca de uma década e, por isso, em paralelo àquele fenómeno macroeconómico há um problema estrutural em Portugal. Por isso, impõe-se, mais do que nunca, uma Nova Estratégia Económica centrada num novo modelo competitivo ligado ao efeito acelerador das Exportações.

Impõe-se, neste sentido, corrigir o rumo e a posição dos protagonistas do processo de desenvolvimento do País, em ordem a obter um modelo mais assertivo e mais eficaz. As variáveis para esse processo, com base em dados do Fórum Económico Mundial e para o caso Português, são:

- a) aumentar as exportações no PIB, mas fazê-lo porque se trabalha para clientes mais exigentes. Abandonar a captação de clientes baseada nas vantagens de preço baixo e procurar os clientes mais sofisticados – pagam mais pelo valor acrescentado e ainda nos desafiam a modernizar e a aumentar os nossos padrões de exigência a vários níveis. Isto reforçará factores de competitividade baseados em recursos e capacidades únicos, flexíveis e valiosos, por oposição aos modelos mecânicos, lineares, baseados na minimização de custos;
- b) apostar na dinamização de indústrias de bens transaccionáveis de média e alta intensidade tecnológica, procurando envolvê-las com os grandes investimentos de IDE. Isto reforçará o capital empreendedor, normalmente em micro e médias empresas/projectos, e contribuirá para a fixação de conhecimento, ganhos económicos e aumentos nos centros de decisão Portugueses;
- c) apostar na educação superior e na formação. Mas isto não significa elevar o número de diplomados por si. Significa promover o grau de utilidade da educação/formação para as empresas. Actualmente assiste-se à emigração de talentos ou ao sub-emprego de licenciados, por falta desta relação entre centros de formação e empresas. A solução não é um “super-plano” que aponte as áreas prioritárias – isto é ineficaz. É antes introduzir concorrência e liberdade de opção entre as escolas, universidades e centros de formação, para além dos investimentos em estrutura e nas pessoas dessas instituições. Rapidamente os benefícios da internalização de mecanismos de mercado serão transpostos para outras áreas de welfare;

Em conclusão, é possível atingir os objectivos individuais e colectivos que ambicionamos. O que já não é possível é manter o modelo actual. No entanto é bom saber que parte da solução está nas mãos dos Portugueses e que é possível monitorar os progressos do País olhando para alavancas muito simples, identificadas acima. Com certeza que há um debate ideológico implícito mas podemos, seguindo Schumpeter, ser pragmáticos e reconhecer honesta e desapaixonadamente qual o modelo que nos traz, ou não, mais benefícios.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Em marcha...

Luís Campos Ferreira (*)

O que fazer com esta liderança?”, perguntar-se-á hoje António José Seguro, ao mesmo tempo que António Costa se deve questionar “o que fazer com esta oposição interna?”.

A mesma resposta serve para os dois: não há nada a fazer. Ou melhor, há. É esperar por melhores dias. O problema é que melhores dias para o PS não auguram dias melhores para o país. O plano já está em marcha dentro das hostes socialistas para preparar o grande regresso. Aquele cujo nome não podia ser pronunciado, agora já pode começar a aparecer. Com prudência, em pequenas doses, para não assustar. Começa a aparecer como visita lá em casa, depois já é um tio afastado, e finalmente apresentam-no como o pai desaparecido. Como ficam Seguro e Costa no meio disto tudo eu não sei. Tentando segurar a liderança, entre os apoiantes de Seguro já se fala na possibilidade de alterar as regras do jogo socialista para que possa haver eleições directas para primeiro-ministro (o que não deixaria de ser uma espécie de seguro de vida). Entre os apoiantes de Costa, por agora ainda não se fala. Depois do que aconteceu, balbucia-se apenas.

(*) Deputado PSD, Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas



2^{as} Jornadas consolidação, crescimento e coesão

21. fev.
(quinta) 21h00

Lisboa

22. fev.
(sexta) 21h00

São João da Madeira
Braga
Santarém

Viseu
Castelo Branco

23. fev.
(sábado) 21h00

Coimbra
17h00 Faro
Guarda

Leiria

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 09 de Março de 2013, (sábado) pelas 21H00, na sede, sita na Rua de S. Pedro, nº 22 – 1º, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – “Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, e aprovar o programa eleitoral, sob proposta da Comissão Política” artº 53, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD, designadamente, sobre a candidatura do PSD à Câmara Municipal de Abrantes.

ALFENA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Alfena, para reunir no próximo dia 01 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 21H30, no Centro Cultural de Alfena, sito na Rua São Vicente, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Análise da situação política local e nacional

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2013, (terça-feira) pelas 21H30, na sede, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº 4 –B – Santo António da Charneca, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Apresentação e aprovação das contas do exercício do ano de 2012

3 – Apresentação e aprovação do orçamento para o ano de 2013

4 – Análise da situação política.

BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2013 (quinta-feira), pelas 21h00 no Auditório do Centro de Animação Termal do Geres, em Terras de Bouro, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Apreciação e votação das contas relativas ao exercício de 2012.

2 - Aprovação do orçamento ao exercício de 2013.

3 - Análise da situação política.

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cadaval, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2013, (terça-feira) pelas 21H00, na sede provisória, sita na Rua Anselmo Carneiro da Silva, s/n, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Análise e aprovação das contas do exercício de 2012

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cadaval, para reunir no próximo dia 05 de Abril de 2013, (sexta-feira) pelas 19H00, na sede provisória, sita na Rua Anselmo Carneiro da Silva, s/n, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção do Cadaval

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede provisória, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 23h00

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 23 de Fevereiro de 2013, (sábado) pelas 20H30, na sede, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política

2 - Análise da situação política

ÉVORA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2013, (quinta-feira) pelas 21H00, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, 48, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Aprovação das contas de 2012

2 - Orçamento 2013

3 – Análise da situação política

GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013, (sexta-feira) pelas 20H30, no Salão da Casa do Povo de Melides, sito na Estrada Nacional 261, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Autárquicas 2013

2 – Outros assuntos de eventual interesse

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Mealhada, para reunir no próximo dia 02 de Março de 2013, (sábado) pelas 21H30 no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise e votação do relatório e contas de 2012

2 - Análise e votação do orçamento para 2013

3 - Autárquicas 2013 – parecer sobre o Candidato à Câmara Municipal de Mealhada, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD

4 - Análise da situação política actual

S. PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. Pedro do Sul, para reunir no próximo dia 02 de Março de 2013, (sábado) pelas 21H00, no Hotel Parque, Termas de São Pedro do Sul, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Apresentação e votação das contas relativas ao exercício de 2012

3 – Análise da situação política.

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São João da Pesqueira, para reunir no próximo dia 01 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 21H00, no Auditório da Biblioteca Municipal, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Apresentação, discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento de 2013

2 – Aprovação do relatório de contas de 2012

3 – Eleições Autárquicas 2013

4 – Outros assuntos de interesse

SATÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Satão, para reunir no próximo dia 28 de Março de 2013, (quinta-feira), pelas 17h00, na sede (frente à Caixa Agrícola), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Órgãos da Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 17H00 às 19H00.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Fevereiro de 2013, (terça-feira) pelas 21H00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23 – 1º Esq., com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Apreciação e votação das contas do ano de 2012

3 – Análise da situação político-partidária

SETÚBAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2013, (quarta-feira) pelas 21H00, no Esperança Centro Hotel, sito na Avenida Luisa Todi, 220, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Contas 2012

3 – Análise da situação político-partidária

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 01 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 21H00, na sede, sita na Rua do Casal, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Analisar a situação político-partidária e pronunciar-se quanto à estratégia política a desenvolver na secção, relativamente aos procedimentos a adoptar na escolha dos candidatos às eleições autárquicas de 2013

SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sines, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua de Ferreira, nº 10 em Sines, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Discussão e aprovação do Relatório de Contas da Secção, relativas ao ano de 2012

2 - Outros assuntos

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure, para reunir no próximo dia 02 de Março de 2013, (sábado) pelas 21H00, no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Discussão e votação do relatório e contas 2012
- 3 – Discussão e votação do orçamento 2013
- 4 – Dar parecer sobre a candidatura À Câmara Municipal de Soure, nos termos dos Estatutos do PSD

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2013, (quarta-feira) pelas 21H30, na sede, sita na Rua 9 de Abril, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 – Aprovação das contas de 2012
- 2 – Análise da situação política local e nacional
- 3 – Outros assuntos

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 07 de Março de 2013, (quinta-feira) pelas 21H00, na sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 – sala 14, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 – Apreciação e votação do relatório e contas de 2012
- 2 – Autárquicas 2013 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, nos termos da alínea f), nº 2, do artº 53 dos Estatutos do PSD – Apreciação da deliberação da Comissão Política de Secção sobre a indicação do candidato à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- 3 – Análise da situação política e partidária

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vouzela, para reunir no próximo dia 02 de Março de 2013, (sábado) pelas 15H00, no Auditório 25 de Abril (Assembleia Municipal), com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política local
- 3 – Processo eleitoral autárquico - Parecer nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD
- 4 – Outros assuntos



BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD do Bombarral, para reunir no próximo dia 23 de Março (sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD do Bombarral, sita na Rua General Gorjão Henriques, Nº 43, 2540-098 Bombarral, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD do Bombarral.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 15h – 17h.

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Castelo de Vide para reunir no dia 23 de Março, pelas 17h00, na Sede do PSD, sita na Rua de Olivença, n.º 13, em Castelo de Vide, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00. As listas candidatas ao acto eleitoral deverão ser entregues na morada acima indicada à Presidente da Mesa do Conselho Nacional ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia de Carregal do Sal para um Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 22 de Março de 2013, na Sede do PSD de Carregal do Sal, pelas 19 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da comissão Política Concelhia de Carregal do Sal;

2. Eleição da Mesa de Plenário Concelhia de Carregal do Sal;

Notas:

As Listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD de Viseu ou a quem o estatutariamente substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD em Viseu.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 19h00m até às 22 horas.

NÚCLEO DE LEÇA DA PALMEIRA - MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se o Plenário do Núcleo de Leça da Palmeira da JSD para reunir no dia 23 de Março de 2013, pelas 15.00h, na Sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

NOTA:

As candidaturas deverão ser entregues na mesma Sede, até as 24 horas do 3.º dia anterior às eleições.

O Acto eleitoral decorrerá entre as 15.30h e as 17.00h.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convocam-se todos os Militantes da Concelhia da JSD Póvoa de Varzim para reunirem em Plenário no dia 1 de Março de 2012, sexta-feira, pelas 21:30 horas, na sede concelhia do Partido Social Democrata da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 – Esc.º 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apresentação do Plano de Actividades;
- 2) Análise da Situação Política;
- 3) Outros assuntos.

CONSELHO REGIONAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Conselho Regional da JSD Aveiro para reunir no próximo dia 9 de Março de 2013, pelas 16h00, na Biblioteca Municipal de Sever do Vouga sita no Parque Urbano da Vila, 3740-263 Sever do Vouga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Informações;

Ponto 2: Apresentação da Bolsa de Ideias – Autárquicas 2013;

Ponto 3: Assuntos de interesse político-partidário.